

## **REUNIÃO DA DIRECÇÃO DA AEM**

Reunida no final de Maio, a Direcção da AEM apreciou e aprovou o Relatório de Actividade da Associação relativo ao Primeiro Quadrimestre de 2012.

A Direcção aprovou igualmente o conjunto de actividades a desenvolver no Segundo e no Terceiro Quadrimestres.

Além disso, a Direcção procedeu a uma análise detalhada da situação actual, e da evolução recente do mercado de capitais nacional e, na sequência, identificou um conjunto de temas e preocupações que, no futuro próximo, deverão merecer posicionamento público por parte da Associação.

Relativamente aos restantes temas tratados, alguns são objecto de destaque ao longo da presente Newsletter.

**DESTAQUES**

**1**

## **ENCONTROS AEM 2012 RATINGS E FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS**

A AEM prossegue, no próximo dia 22 de Junho, o seu Ciclo de Encontros 2012 dedicado à discussão e análise de temas com interesse prático para as empresas emittentes, e ao intercâmbio de experiências e conhecimento.

A sessão tem como tema base “A Relevância dos Ratings no Acesso ao Financiamento pelas Empresas e os Eventuais Desenvolvimentos Futuros da Regulamentação sobre Agências de Rating”, sendo orador o conceituado especialista nacional Pedro Braga da Cruz.

Consultor da Companhia Portuguesa de Rating, S.A. nomeadamente para as questões regulatórias, Pedro Braga da Cruz é igualmente o único português membro do Securities and Markets Stakeholder Group da ESMA - European Securities and Markets Authority.

O Encontro terá lugar nas instalações da Associação, no Largo do Carmo, e é de acesso reservado aos representantes das empresas associadas.

**Junho, 2012**

## GOVERNO DAS SOCIEDADES

No âmbito do processo de preparação de um conjunto de propostas e sugestões de alteração ao regime jurídico de Corporate Governance (regras e recomendações) actualmente em vigor, a apresentar à CMVM, encontra-se em circulação pelas empresas associadas um *discussion paper* de suporte à posição da AEM.

Os respectivos contributos e sugestões podem ser remetidos à Direcção Executiva até ao próximo dia 20 de Junho.

A primeira reunião com a CMVM, relativamente a este tema, encontra-se agendada para o início de Julho.

Por ocasião da apresentação do Projecto de Código de Governo das Sociedades do IPCG, a AEM congratulou-se com esta iniciativa da sociedade civil, vendo como tendencialmente positiva a possibilidade de introdução no ordenamento nacional de um ou mais Códigos que possam cumprir o papel e vocação de código de governo de iniciativa privada.

O comunicado de imprensa da AEM sobre este projecto está disponível [aqui](#)

A AEM aproveitou igualmente os diversos contactos a este propósito mantidos com os *media* para reforçar e reafirmar a estratégia da Associação em matéria de Corporate Governance.

Neste sentido, por exemplo, o Director Executivo da AEM participou no programa Comissão Executiva, da ETV, nos dias 31 de Maio e 1 de Junho.

Realizou-se a 3.<sup>a</sup> sessão da Governance Trends, iniciativa da Deloitte em parceria com a AEM, com a sessão subordinada ao tema “Auditoria Externa e a relação da empresa com o Auditor Externo”.

## DIVERSIDADE DE GÉNERO NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

A AEM escreveu à Comissão Europeia, no âmbito da consulta sobre medidas relativas à diversidade de género nos órgãos de administração das empresas cotadas, manifestando-se contrária à imposição, por via regulamentar e a nível europeu, de quotas de participação nos referidos órgãos de administração.

A AEM é favorável ao aumento da presença feminina nos órgãos de administração, mas entende que o bom governo das sociedades deve ser, por natureza e definição, intrinsecamente meritocrático.

Nestes termos, a AEM considera que a imposição de quotas, ou a consagração de outras medidas de discriminação, não constitui a solução adequada para o aumento da diversidade nos órgãos de administração, nem, tão pouco, para o problema, diferente, do aumento da presença feminina nos mesmos.

O comunicado de imprensa da AEM sobre esta matéria está disponível [aqui](#)

A posição da AEM, na versão enviada à Comissão Europeia, pode ser consultada [aqui](#)

## PROTOCOLO COM O FÓRUM DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS

O FAE – Fórum dos Administradores de Empresas e a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados Em Mercado assinaram, no dia 7 de Junho de 2012, um Protocolo de Cooperação.

O Protocolo agora assinado visa a concretização de uma parceria privilegiada entre as duas instituições, em especial, em relação a todos os temas relacionados com o desenvolvimento e funcionamento dos mercados de valores mobiliários.

A cooperação entre as duas associações abrangerá, entre outras actividades, a troca de conhecimentos que possam ser de benefício mútuo do FAE e da AEM, e dos respectivos Membros, e a organização de eventos, seminários e outras iniciativas.

O FAE e a AEM propõem-se, igualmente, estabelecer procedimentos de cooperação e de diálogo contínuo sobre os aspectos relacionados com o mercado de capitais, e, em particular, sobre a regulamentação ali aplicável.

A cerimónia de assinatura contou com as presenças de Esmeralda Dourado e António Ramalho, pelo FAE, e de Luís Palha da Silva e Abel Sequeira Ferreira, pela AEM.

## LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Portaria n.º 150-A/2012, D.R. n.º 96, 17 de Maio

Define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público - [aqui](#)

Lei n.º 20/2012, D.R. n.º 93, 14 de Maio  
Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira - [aqui](#)

Lei Orgânica n.º 1/2012, D.R. n.º 92, 11 de Maio  
Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência) - [aqui](#)

Decreto-Lei n.º 111/2012, D.R. n.º 100, 23 de Maio  
Disciplina a intervenção do Estado na definição, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas - [aqui](#)

Lei n.º 22/2012, D.R. n.º 105, 30 de Maio  
Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica - [aqui](#)

## AUTORIDADES NACIONAIS

### CMVM

Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Português - Maio de 2012 - [aqui](#)

Indicadores Mensais sobre Recepção de Ordens por Conta de Outrem - Abril 2012 - [aqui](#)

### BANCO DE PORTUGAL

Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa em 2011 - [aqui](#)

Relatório de Estabilidade Financeira - Maio 2012 - [aqui](#)

Indicadores de Conjuntura - Maio 2012 - [aqui](#)

Boletim Oficial Electrónico – Maio de 2012 - [aqui](#)

### INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Relatório de evolução dos Fundos de Pensões - [aqui](#)

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Comunicado do Ministério das Finanças sobre o Plano de Recapitalização da Banca - [aqui](#)

## CONSULTAS PÚBLICAS

### CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS Consulta Pública CNSF nº 1/2012

O Conselho Nacional de Superviores Financeiros (composto pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal) colocou à consulta pública um anteprojecto legislativo de alteração do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo.

O prazo de resposta termina em 29 de Junho de 2012.

O documento de consulta encontra-se disponível - [aqui](#)

O Anteprojecto legislativo encontra-se disponível - [aqui](#)

## AUTORIDADES EUROPEIAS

### European Commission

EU Commission Publishes Framework for Bank Recovery and Resolution (legislative proposals) - [aqui](#)

### European Parliament

#### Committee on Economic and Monetary Affairs

Fiscal Policy: Growth dimension and control of new Commission powers needed - [aqui](#)

### ESMA - European Securities and Markets Authority

Publication of the first regulatory technical standards on credit rating agencies (CRAs) - [aqui](#)

### ESMA - European Securities and Markets Authority

ESMA publishes updated list of measures adopted by competent authorities on short selling - [aqui](#)

### ESMA - European Securities and Markets Authority

The first regulatory technical standards on credit rating agencies have been published in the OJEU - [aqui](#)

### European Central Bank

ECB Publishes its Convergence Report 2012 - [aqui](#)

### IOSCO - International Organization of Securities Commissions

IOSCO Consults on Global Developments in Securitisation Regulation.

The consultation provides an overview on the level of global securitization activity and current regulatory approaches in a number of jurisdictions. The deadline for comment is 6 August - [aqui](#)

## OUTRAS PUBLICAÇÕES RELEVANTES

### European Commission

An update on the work of the European Commission regarding corporate governance was provided in the European Parliament by Mr Ugo Bassi, a director in the Internal Market and Services Directorate. Mr Bassi said that the Commission proposed adopting an action plan on corporate governance in October this year - [aqui](#)

### Procuradoria Geral da República

Parecer do Conselho Consultivo da PGR: “Por força da competência reservada da Polícia Judiciária para a investigação dos crimes informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática, nos quais se compreende o crime de reprodução não autorizada de programa protegido, está vedada à ASAE a pesquisa de dados informáticos armazenados em sistemas informáticos” - [aqui](#)

### Deutsche Börse

Deutsche Börse Group To Reduce Equities Clearing Fees - Participants Will Save Up To 20 Percent Of Clearing Fees - [aqui](#)

### Research Papers

Dynamic CEO Compensation - [aqui](#)

	31.5.12	30.12.11	%
<b>A</b>			
BES	1.816.103.669,00 €	1.973.000.000,00 €	-7,95
BRISA	1.479.000.000,00 €	1.527.000.000,00 €	-3,14
CIMPOR	3.696.000.000,00 €	3.573.000.000,00 €	3,44
EDP	5.006.260.181,00 €	8.743.000.000,00 €	-42,74
EDP RENOVÁVEIS	2.481.716.721,00 €	4.124.000.000,00 €	-39,82
GALP	7.068.554.495,00 €	9.437.000.000,00 €	-25,10
JERÓNIMO MARTINS	8.699.978.767,00 €	8.049.000.000,00 €	8,09
PORTUCEL	1.318.565.000,00 €	1.411.000.000,00 €	-6,55
PORTUGAL TELECOM	2.830.288.384,00 €	3.989.000.000,00 €	-29,05

<b>B</b>			
ALTRI	202.054.697,00 €	246.000.000,00 €	-17,86
BCP	720.716.706,00 €	980.000.000,00 €	-26,46
BPI	396.000.000,00 €	476.000.000,00 €	-16,81
BANIF	62.700.000,00 €	221.000.000,00 €	-71,63
CORTICEIRA AMORIM	170.240.000,00 €	179.550.000,00 €	-5,19
MOTA ENGIL	208.319.138,00 €	212.000.000,00 €	-1,74
REN	513.638.580,00 €	552.000.000,00 €	-6,95
SEMAPA	602.903.807,00 €	635.000.000,00 €	-5,05
SONAE	748.000.000,00 €	918.000.000,00 €	-18,52
SONAECOM	415.690.195,00 €	445.000.000,00 €	-6,59
ZON	639.830.434,00 €	718.000.000,00 €	-10,89

<b>C</b>			
SLB	9.150.001,00 €	10.000.000,00 €	-8,50
COFINA	30.769.751,00 €	78.000.000,00 €	-60,55
COMPTA	300.000,00 €	1.000.000,00 €	-70,00
ESTORIL SOL	6.875.979,00 €	14.000.000,00 €	-50,89
F. RAMADA	15.897.705,00 €	16.000.000,00 €	-0,64
FISIPE	32.550.000,00 €	19.000.000,00 €	71,32
FCP	5.700.000,00 €	7.000.000,00 €	-18,57
GLINTT	8.696.287,00 €	10.000.000,00 €	-13,04
IBERSOL	86.000.000,00 €	81.000.000,00 €	6,17
IMOB. GRAO PARÁ	3.750.000,00 €	6.000.000,00 €	-37,50
IMPRESA	53.760.000,00 €	79.000.000,00 €	-31,95
INAPA	18.000.000,00 €	21.000.000,00 €	-14,29
LISGRAFICA	5.600.899,00 €	6.000.000,00 €	-6,65
MARTIFER	60.000.000,00 €	108.000.000,00 €	-44,44
MEDIA CAPITAL	108.176.870,00 €	139.000.000,00 €	-22,17
NOVABASE	64.058.844,00 €	66.000.000,00 €	-2,94
OREY ANTUNES	11.400.000,00 €	14.000.000,00 €	-18,57
REDITUS	45.379.942,00 €	57.000.000,00 €	-20,39
SOARES DA COSTA	23.999.172,00 €	59.000.000,00 €	-59,32
SAG GEST	67.905.759,00 €	71.000.000,00 €	-4,36
SONAE CAPITAL	40.000.000,00 €	68.000.000,00 €	-41,18
SONAE INDÚSTRIA	55.860.000,00 €	89.000.000,00 €	-37,24
SCP	13.650.000,00 €	17.000.000,00 €	-19,71
SUMOL-COMPAL	117.108.225,00 €	95.000.000,00 €	23,27
TEIXEIRA DUARTE	79.800.000,00 €	88.000.000,00 €	-9,32
TOYOTA CAETANO	60.200.000,00 €	140.000.000,00 €	-57,00
VAA Fusion	4.727.167,00 €	4.000.000,00 €	18,18

## CAPITALIZAÇÕES BOLSISTAS

	Capitalização Total (10 <sup>6</sup> )	Dif. %
2009	62.687,60	n.a.
2010	57.329,80	-8,50%
2011	43.395,40	-24,30%
31.5.12	40.105,90	-7,58%

Fonte: Euronext Lisbon

Nota: Capitalização bolsista de ações, não considerando os emittentes de direito estrangeiro com exceção da EDP Renováveis.

06-06-2012

## SOCIEDADE ABERTA

**Mercado de capitais  
como um dos  
desígnios nacionais**

**Abel Ferreira**  
Presidente  
executivo da AEM -  
Associação de  
Emitentes de  
Mercado

Portugal precisa de crescimento económico. É nova verdade absoluta, e inquietação profunda face à dificuldade em encontrar soluções. Infelizmente, o crescimento económico não se decreta.

Reformas estruturais, libertadoras do potencial de produtividade do país, ajudarão, mas o crescimento e a geração de emprego são o resultado do trabalho das empresas, produzindo, competindo e crescendo.

A dificuldade de acesso ao financiamento, o seu crescente agravamento, demonstram, por isso, que sem financiamento não haverá crescimento. Os problemas da estrutura de financiamento das empresas portuguesas não são de hoje: desde 2004, a emissão de acções e obrigações nunca representou mais de 1% do total de financiamento das empresas; em 2010, num movimento de regressão sem paralelo noutros países, este modo de financiamento representou apenas 0,3% do financiamento total das empresas portuguesas; sem surpresa, a capitalização bolsista em percentagem do PIB, em Portugal, é uma das mais baixas da zona euro em coerência com o número muito baixo de empresas cotadas.

E há anos que não temos uma nova empresa cotada em bolsa.

Deficiências estruturais várias, ausência de instrumentos de poupança estáveis e atractivos para o retalho, a demora das estruturas de mercado em adaptar-se às necessidades das empresas e da economia, fazem com que a bolsa portuguesa não consiga afirmar-se no seu papel de captação de recursos, ocupando um lugar secundaríssimo enquanto fonte de financiamento da economia.

É neste contexto, e na sequência da terceira avaliação realizada no âmbito do Programa da Troika, que as nossas autoridades terão de apresentar, até final de Julho, medidas concretas que encorajem a diversificação das formas de financiamento das empresas.

As empresas emitentes, representadas pela sua associação, a AEM, podem e devem ter um papel decisivo a desempenhar nesta reflexão.

Está em causa uma meta estrutural que, apesar dos alertas da AEM ao longo do último ano e meio, o país e as estruturas de mercado parecem ainda não ter compreendido.

Um mercado de capitais eficiente, verdadeiramente dedicado ao financiamento das empresas, que dê resposta às necessidades de liquidez, visibilidade e credibilidade das empresas, é condição necessária para a retoma do nosso crescimento.

O tempo urge.

Só a união de todas as instituições relevantes, sustentada na experiência e conhecimento das empresas, que conhecem as necessidades e dificuldades, permitirá alcançar o objectivo pretendido de desenvolvimento de um mercado de capitais útil.

Esta é a proposta da AEM: trabalho conjunto à volta de um novo desígnio nacional que deve ser posto em prática com o apoio consensual de todos os operadores, independentemente de interesses comerciais com os quais a situação do país não se compadece, objectivo realizável no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira, desde que acautelando os interesses das empresas e dos seus investidores.